

f
Azeite
H. De Sousa
87
87



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Casa do Povo das Neves

EXERCÍCIO DE 2025

Alvez
V. Santos
SE
207

RELATÓRIO DE GESTÃO

20 de março de 2026



f
Jm
H. S. S. S. S.
A. S. S.
S. S.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos estatutos da Casa do Povo, vimos submeter o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2025 da Casa do Povo das Neves.

Este documento tem como principal objetivo, expor através das diversas ferramentas usadas pela contabilidade a situação económico-financeira da Casa do Povo.

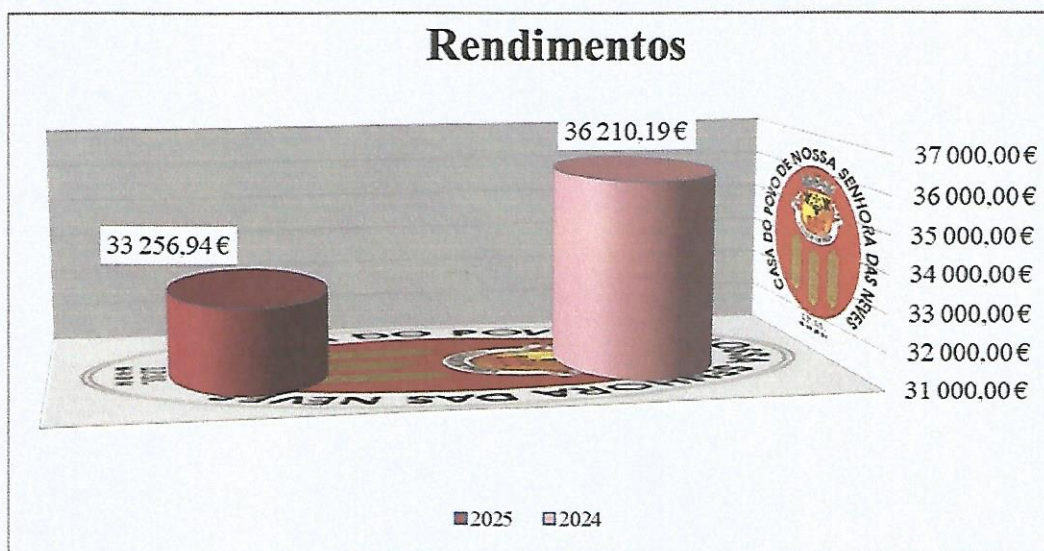
De forma a proceder à análise do exercício do ano de 2025 temos que realizar um acompanhamento dos resultados alcançados, relativos aos Rendimentos e Gastos.

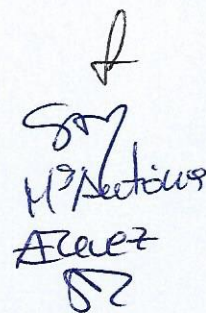


Handwritten signature and text: "Soy 4ª Secção Azeite" with a circular stamp.

RENDIMENTOS

No que respeita aos Rendimentos da Casa do Povo, o ano de 2025, registou uma redução dos rendimentos fase a 2024. Podemos constatar no gráfico (Rendimentos) uma diminuição de 2.953,25 € do ano de 2024 para 2025, passando de 36.210,19 € em 2024 para 33.256,94 € em 2025, ou seja, uma variação negativa de 8,16%.

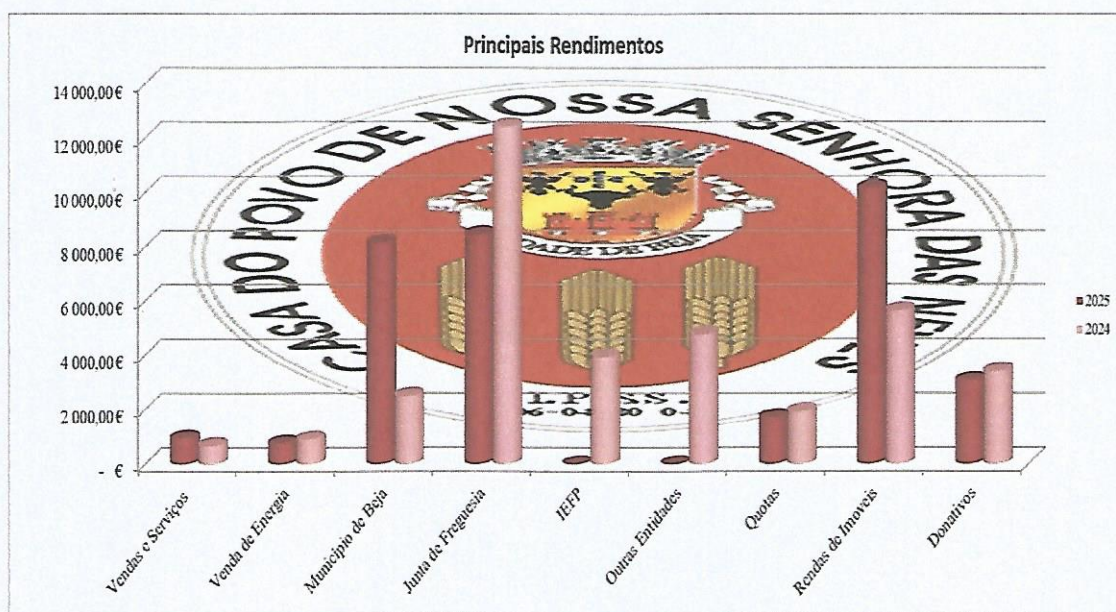



 11/12/2025
 Alariz
 52

LISTAGEM DOS RENDIMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2025

Rendimentos	2025	2024	Δ%
Vendas e Serviços	956,25 €	683,75 €	39,85%
Venda de Energia	764,94 €	916,96 €	-16,58%
Município de Beja	8 150,00 €	2 500,00 €	226,00%
Junta de Freguesia	8 460,00 €	12 429,52 €	-31,94%
IEFP	0,00 €	3 932,04 €	100,00%
Outras Entidades	0,00 €	4 765,23 €	-100,00%
Quotas	1 706,00 €	1 935,00 €	-11,83%
Rendas de Imoveis	10 149,75 €	5 641,68 €	79,91%
Donativos	3 070,00 €	3 406,01 €	-9,87%
TOTAL	33 256,94 €	36 210,19 €	-8,16%

A tabela acima, indica-nos quais as rubricas de rendimentos que mais contribuíram para os resultados do presente exercício, bem como a sua variação face ao exercício anterior.

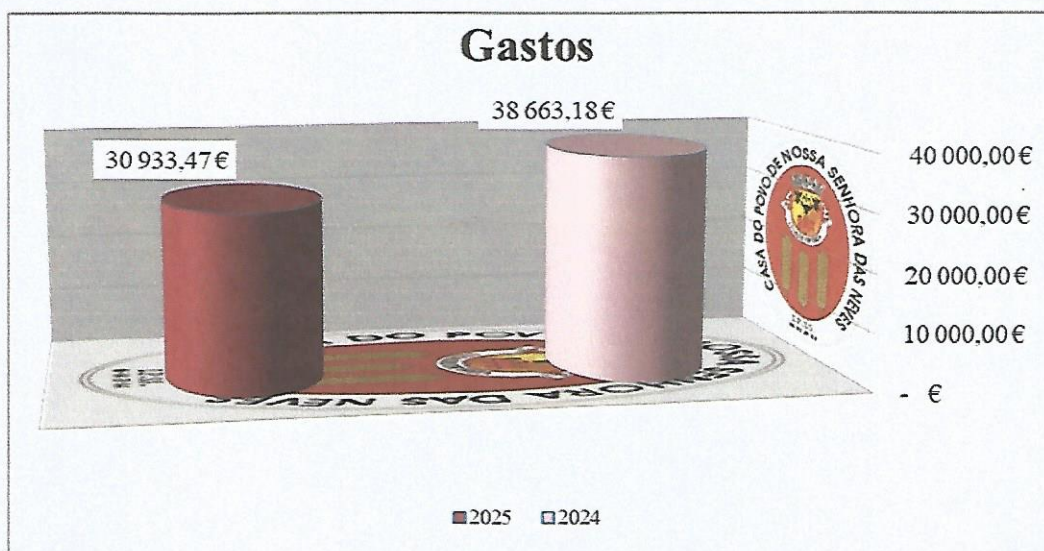


↑
Gm
M³ Section
Alert
R

GASTOS

No que diz respeito aos Gastos da Casa do Povo no ano de 2025, estes totalizam o valor de 30.933,47 €.

Em comparação com ano de 2024, verifica-se uma redução significativa no Total dos Gastos, no montante de 7.729,71 €, passando dos 38.663,18 €, para os 30.933,47 €, ou seja, uma diminuição percentual na ordem dos 20 %.

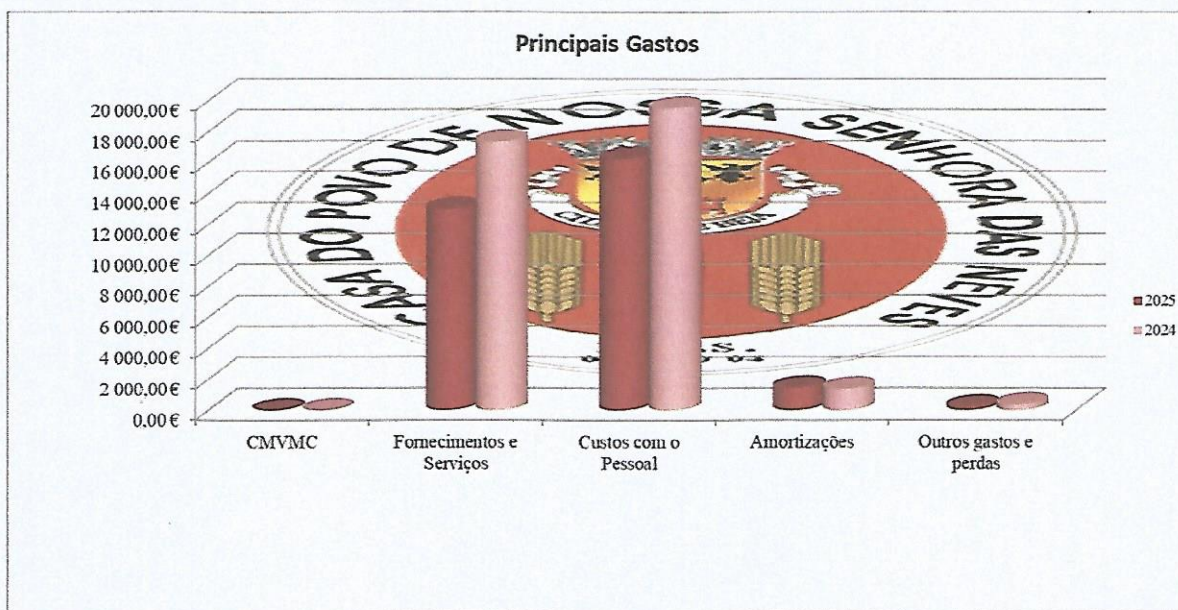



 07/12/2025
 Azeite


LISTAGEM DOS GASTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2025

Gastos	2025	2024	%
CMVMC	0,00 €	0,00 €	24%
Fornecimentos e Serviços	13 013,91 €	17 359,97 €	-25,03%
Custos com o Pessoal	16 245,04 €	19 539,00 €	-16,86%
Amortizações	1 458,72 €	1 392,36 €	4,77%
Outros gastos e perdas	215,80 €	371,85 €	-41,97%
Total	30 933,47 €	38 663,18 €	-19,99%

Com a exposição dos principais Gastos por rubrica, revela-se de imediato quais os que afetaram decisivamente a diminuição do total dos Gastos da Casa do Povo.



O Resultado Líquido do Exercício da Casa do Povo apresenta no exercício um valor negativo. O exercício de 2025 encerrou com um Resultado Líquido, positivo de 2.323,47 €, superior em cerca 4.776,46 €, relativamente ao resultado negativo de 2.452,99 €, obtidos do ano de 2024.



Após a análise do desempenho financeiro da Casa do Povo das Neves no ano de 2025, podemos destacar alguns pontos fundamentais sobre a evolução da instituição.

O ano de 2025 apresentou sinais positivos na evolução financeira da instituição. Apesar de ainda se verificar um resultado líquido negativo de (2.452,99€) no final do ano, houve uma melhoria significativa face a 2024, onde o resultado negativo foi mais elevado. Esta redução do prejuízo demonstra uma evolução favorável e um maior equilíbrio entre receitas e despesas.

2. Estrutura e Evolução das Receitas

Em 2025, a Casa do Povo apresentou um total de rendimentos na ordem dos **33.256,94€**, distribuídos pelas seguintes principais rubricas:



J
SM
M^o Secretário
Azeite
BZ

- **Prestações de serviços e quotizações:** 956,25€
- **Subsídios e apoios:** 16.610,00€
- **Outros rendimentos (rendas, quotas, energia, donativos, entre outros):** 15.690,69€

Verifica-se que a maior parte das receitas continua a advir de subsídios e outros rendimentos, mantendo-se ainda reduzida a componente de receitas diretamente associadas à atividade da instituição.

3. Redução dos Subsídios e Impacto na Atividade

Comparativamente ao ano anterior, observa-se uma redução no montante de subsídios e apoios recebidos, que totalizaram **16.610,00€** em 2025 .

Esta diminuição continua a representar um desafio relevante, tendo em conta a forte dependência da instituição deste tipo de financiamento para assegurar o seu funcionamento.

4. Controlo de Despesas

Relativamente aos gastos, a instituição apresentou um total aproximado de **30.933,47€** , com destaque para:

- **Gastos com pessoal:** 16.245,04€
- **Fornecimentos e serviços externos:** 13.013,91€
- **Outros gastos e depreciações:** cerca de 1.674,00€

Verifica-se que os gastos com pessoal continuam a representar a maior componente da estrutura de custos, seguidos dos fornecimentos e serviços externos, que refletem o funcionamento corrente da instituição.

Conclusão e Perspetivas para o Futuro

O ano de 2025 evidencia uma evolução positiva, com redução do prejuízo e manutenção de um nível de liquidez confortável. No entanto, a análise demonstra que a instituição continua fortemente dependente de subsídios e de outros rendimentos não diretamente relacionados com a sua atividade principal.

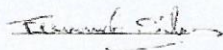
Para garantir a sustentabilidade futura, será importante:

- Reforçar a geração de receitas próprias através da prestação de serviços e iniciativas locais;
- Diversificar fontes de financiamento, reduzindo a dependência de apoios públicos;
- Manter um controlo rigoroso da estrutura de custos, especialmente ao nível dos gastos fixos.



Apesar de ainda não se ter atingido um resultado positivo, a evolução registada em 2025 demonstra um caminho de ajustamento e maior equilíbrio financeiro, que deverá ser consolidado nos próximos anos.

O Contabilista Certificado

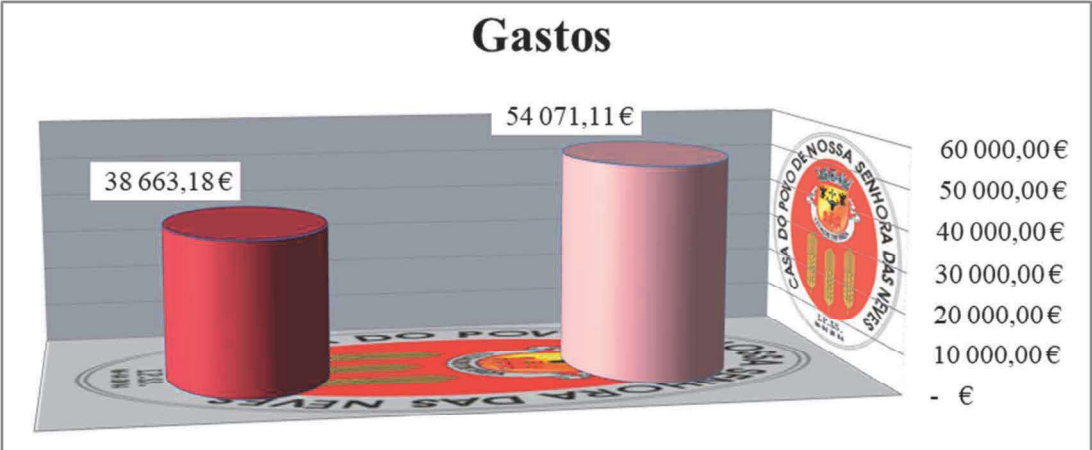


/Manuel Fernando Vicente da Silva/

Cátia Alexandra Gonçalves
Saudia Cristina Caracinho Rebelo
Mário António Machado Pereira
Ana Isabel Ramires Perez
Sandra Boracujana Salgueiro



BALANÇO



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

20 de março de 2026



Anexo às DF No SNC-ESNL



1. IDENTIFICAÇÃO

A Casa do Povo de Nossa Senhora das Neves é uma Associação constituída sem finalidades lucrativas com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça. Foi constituída I.P.S.S. (Instituição Particular de Solidariedade Social) em 2004 e, desde essa altura, tem trabalhado na promoção de atividades sociais e culturais que permitem uma intervenção na população em geral, e mais especificamente em grupos mais vulneráveis, como é o caso da terceira idade.

Do Plano Anual de Atividades, constam várias atividades que visam a prestação de serviços permanentes à população, cujos custos são suportados pela instituição que se vale de alguns donativos e das quotas dos associados. De realçar, ainda, que é propósito do grupo de trabalho, que dirige atualmente os destinos desta instituição, dar prioridade às questões de natureza social, de forma a contribuir para o bem-estar da população da nossa freguesia.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2 — *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas



consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 são comparáveis as do exercício de 2024.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. (encontram-se totalmente amortizados)



Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, a instituição na presente data não detém qualquer tipo de acordo, na medida que não se verifica subsídios do governo.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos utentes/sócios

*Instrumentos Financeiros***Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.



Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativo Bruto

	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00			0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00			0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00			0,00
Equipamento de Transporte	7 000,00	0,00			7 000,00
Equipamento Administrativo	7 942,66	0,00			7 942,66
Outros activos fixos tangíveis	22 456,99	1 881,90			24 338,89
	37 399,65	1 881,90	0,00	0,00	39 281,55

Depreciações Acumuladas

	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00			0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00			0,00
Equipamento de Transporte	7 000,00	0,00			7 000,00
Equipamento Administrativo	7 942,66	0,00			7 942,66
Outros activos fixos tangíveis	21 057,07	1 458,72			22 515,79
	35 999,73	1 458,72	0,00	0,00	37 458,45
Valor Líquido	1 399,92				1 823,10

4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 — Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- *Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.



- *Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.*

Ativo Bruto					
	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
Depreciações Acumuladas					
	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2025
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00	0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00
Valor Líquido	0,00				0,00

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- a) *Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;*

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 - Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição da rubrica de empréstimos é a seguinte:

A instituição não detém financiamentos.

7. INVENTÁRIOS

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:



Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-Primas	0,00	0,00
Total dos Inventários	0,00	0,00

Não foram registadas existências finais em 2025.

Movimentos	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Inventário Inicial	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Regularizações de inventários	0,00	0,00
Inventário Final	0,00	0,00
Gastos do período	0,00	0,00

8. RÉDITO

8.1 - *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.*

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo

8.2 - *Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.*

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Prestação Serviços		
Treino Funcional	948,75	666,25
Outros	7,50	17,50
	956,25	683,75

O valor 956,25 €, inscrito nas rubricas Vendas e Prestação de Serviços, foi efetuado para entidades do mercado interno na sua globalidade.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1 — *Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.*

Sem movimento



9.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

10.2 — Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Outras Entidades		
Município de Beja	8 150,00	2 500,00
Junta de Freguesia NS Neves	8 460,00	12 429,52
IEFP	0,00	3 932,04
Outras Entidades	0,00	4 765,23
	<u>16 610,00</u>	<u>23 626,79</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

11.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.



Não se verificam situações desta natureza

11.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- a) **Empréstimos por obrigações;**
- b) **Dívidas a instituições de crédito;**
- c) **Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**
- d) **Dívidas por compras e prestações de serviço;**
- e) **Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**
- f) **Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**
- g) **Outras dívidas;**
- h) **Diferimentos.**

11.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:

11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Sem movimento

11.4.2. Financiamentos obtidos

Sem movimento

11.4.3. Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros consistem nas participações para o Fundo de Compensação do Trabalho.

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fundo Compensação do Trabalho	223,98	223,98
	223,98	223,98



11.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Caixa	3 167,79	2 064,52
Depósitos à Ordem	22 237,41	21 677,70
	<u>25 405,20</u>	<u>23 742,22</u>

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 1.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Acordos Segurança Social		
Remuneração do Pessoal	13 537,85	16 362,39
Encargos Sobre Remunerações	2 707,19	3 176,61
Seguros	0,00	0,00
	<u>16 245,04</u>	<u>19 539,00</u>

12.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

12.3 — Membros dos órgãos de direção

Remunerações dos órgãos de direção

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1 -As presentes Demonstrações Financeiras serão emitidas para aprovação pela Direção e pela Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal da Associação.



13.2 -Até à data referida no ponto anterior, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

14.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 a decomposição da rubrica de clientes é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Clientes e Contas Correntes	0,00	0,00
	0,00	0,00

15.2 - Estado e Outros Entes Públicos e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos e Outros Devedores Diversos é a seguinte:

Não existem valores a receber no final do ano de 2025.

15.3 - Capital Próprio

De acordo com o disposto nos Estatutos da Associação e no Código das Sociedades Comerciais, a Associação é obrigada a transferir para a rubrica de Resultados Transitados, o valor apurado no Resultado Líquido apurado em cada período.



Movimento na rubrica de "Capital Próprio" no período de 2025:

Rubrica	Saldo Inicial 31/12/2024	Aumentos	Redução	Saldo Final 31/12/2025
Resultados Transitados	26 842,61	0,00	-2 452,99	24 389,62
Resultado Líquido do Período	-2 452,99	-2 452,99	2 323,47	2 323,47
	24 389,62	-2 452,99	-129,52	26 713,09

15.4 - Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2025 a decomposição da rubrica de Fornecedores e Outras Dívidas de Terceiros é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
Fornecedores:		
- Fornecedores conta corrente	462,85	430,38
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenções de Imposto sobre o rendimento efectuadas a terceiros	0,00	0,00
- Segurança Social a pagar	276,34	546,12
	276,34	546,12
Outras Contas a Pagar:		
- Fornecedores	0,00	0,00
- Remunerações a Pagar	0,00	0,00
	0,00	0,00
Diferimentos:		
- Subsídios de Férias	0,00	0,00
	0,00	0,00
	739,19	976,50

Nota:

As NCRF que não constam deste relatório não se aplicam à atividade da Associação, durante o presente exercício.

